

MULHERES ARTESÃS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

RIZOneide SOUza AMORim

A Economia Solidária é definida por diferentes autoras/es e, principalmente, compreendida no meio popular e na divulgação panfletária como um “conjunto de atividades econômicas que envolve a produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, e são organizadas sob a forma de autogestão” (Singer, 2002).

Essa outra economia se propõe a contribuir para a emancipação humana por meio da democratização econômica, ao criar alternativas de geração de trabalho e renda, em contraponto à dimensão alienante comum nas relações de trabalho capitalistas. Ao mesmo tempo, envolve diferentes dimensões – social, econômica, política, ecológica e cultural,

pois além da geração de trabalho e renda, as experiências concretas de economia solidária apresentam um outro modelo de sociedade centrada no bem viver para todas as pessoas.

As práticas econômicas, no âmbito da Economia Solidária, têm como princípios básicos a cooperação, a solidariedade, a autogestão e ação econômica. São experiências que se formalizam em cooperativas, associações, redes de cooperação, clubes de trocas, bancos com moedas sociais, grupos produtivos informais - urbanos e rurais, bem como outras iniciativas que realizam atividades de produções de bens/produtos/serviços, finanças solidárias, educação popular, comércio justo e consumo responsável.

No Brasil, percebe-se um aumento das experiências nesse campo nos últimos anos, com forte presença de mulheres que praticam a atividade artesanal e que residem nas regiões metropolitanas, trabalhando de forma individual (no processo de produção), em grupos associativos (redes ou associações) e/ou em cooperativas (DIEESE, 2017). Apesar das mulheres serem maioria nos espaços da Economia Solidária, esse fato continua tendo pouca visibilidade.

A mulheres artesãs, na maioria das vezes, produzem em pequena escala, dando materialidade aos seus modos de vida e às suas lutas cotidianas, no qual produzem respeitando os seus próprios ritmos, enquanto preparam a alimentação das suas famílias, são responsáveis pelos afazeres domésticos, criam seus filhos, integram coletivos e participam politicamente em diferentes espaços, mostrando a dureza e concretude da vida, em que a divisão do espaço público/privado é uma invenção capitalista.

O trabalho das mulheres com produção artesanal tem a prevalência de ser realizado em âmbito individual, uma vez que a natureza da atividade artesanal é ancorada na subjetividade do processo criativo, aliado às condições econômicas e à realidade das suas residências, que,

"(...) a natureza da atividade artesanal é ancorada na subjetividade do processo criativo, aliado às condições econômicas e à realidade das suas residências, que, em muitos casos, é o espaço onde as mulheres administram a casa e todos os afazeres cotidianos (...)"

em muitos casos, é o espaço onde as mulheres administram a casa e todos os afazeres cotidianos, dividindo o seu tempo com duplas/triplas jornadas de trabalho, pois elas são as responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidados que dão sustentação à vida. Além disso, ainda conseguem se unir com outras mulheres, muitas vezes para comercializar seus produtos em feiras, participar de coletivos, redes e fóruns e somar as lutas sociais e políticas em torno de suas causas.

Ser Artesã e a luta por reconhecimento no Brasil

O ato de transformar matéria-prima em algo útil, belo e com sentido, perdura enquanto ação humana desde as épocas mais antigas aos dias atuais. Em diferentes sociedades, especialmente as mulheres transformavam e/ou continuam transformando a natureza e/ou matéria-prima a serviço da vida, criando utensílios domésticos, ferramentas, vestimentas, adornos e objetos de uso que demonstram uma concepção de mundo, um jeito de viver e estilos de vida, bem como seus meios de (r)existência e/ou

(sobre)vivência seja na dimensão do cuidado, seja na dimensão harmoniosa com o seu entorno.

O ato criativo e transformador que hoje denominamos de artesanato, mesmo sendo uma atividade humana tão antiga, não tinha, até recentemente, uma denominação própria. O vocábulo artesão era uma expressão genérica que servia para definir uma gama de atividades humanas e se confundia com a ação artística e dos artistas. Esse fato perdurou desde a Antiguidade até o Pós-Renascimento (Chiti, 2003:14; Becker, 2014). No contexto brasileiro, existiu desde sempre, presente nas primeiras comunidades com os povos originários e perpassa todos os períodos – pré-coloniais, coloniais, imperiais e republicanos – aos dias atuais. Mas somente nas últimas décadas ele começou a fazer parte da agenda pública como atividade produtiva e passou a ser reconhecido e oficializado como profissão (Moraes, M. D. C., Seraine, A. B. M. S., & Barbosa, C., 2020).

A profissão artesão/ã foi regulamentada por meio da Lei do Artesão nº 13.180, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de outubro de 2015, sancionada sem vetos pela então Presidente da República Dilma Rousseff. De acordo com a Lei do Artesão, é reconhecido/a como artesão/ã “toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada e cooperativada” (PL775/2010, Lei do Artesão nº 13.180/2015).

No contexto de regulamentação da lei que oficializou a profissão artesão/ã desde 2012, foi aprovada a Base Conceitual do Artesanato Brasileiro, sendo atualizada no ano de 2018. A base conceitual do artesanato prevê e reconhece diferentes formas de organização do artesanato e artesãos: artesão profissional; mestre artesão profissional; grupo de produção artesanal; associação; cooperativa; sindicato; federação e confederação. Além da forma de organização, a base conceitual brasileira dispõe sobre o reconhecimento da profissão de artesão/ã e seus devidos cadastros com a carteira nacional de artesão e institui normativos sobre a atividade artesanal.

O Programa do Artesanato Brasileiro – PAB (2012; 2018), vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, conceitua o artesanato como

[...] toda produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. (BRASIL, 2012:12).

Na Base Conceitual do Artesanato Brasileiro (2018), a classificação da produção artesanal leva em consideração as seguintes classificações:

Tabela - Classificação do Artesanato Brasileiro

Classificação do Artesanato	
Tradicional	a produção, geralmente de origem familiar ou comunitária, que possibilita e favorece a transferência de conhecimentos de técnicas, processos e desenhos originais, cuja importância e valor cultural decorrem do fato de preservar a memória cultural de uma comunidade, transmitida de geração em geração;

Classificação do Artesanato	
Arte Popular	caracteriza-se pelo trabalho individual do artista popular, artesanato autodidata, reconhecido pelo valor histórico e/ou artístico e/ou cultural, trabalhado em harmonia com um tema, uma realidade e uma matéria, expressando aspectos identitários da comunidade ou do imaginário do artista;
Indígena	é resultado do trabalho produzido por membros de etnias indígenas, no qual se identifica o valor de uso, a relação social e a cultural da comunidade, sendo os produtos, em sua maioria, incorporados ao cotidiano da vida tribal e resultantes de trabalhos coletivos, de acordo com a divisão do trabalho indígena. O Selo Indígenas do Brasil, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Portaria Interministerial nº 2, de 3 de dezembro de 2014) para valorizar e identificar a origem indígena dos produtos, é sinal distintivo aplicável ao produto artesanal indígena;
Quilombola	é resultado do trabalho produzido coletivamente por membros remanescentes dos quilombos, de acordo com a divisão do trabalho quilombola, no qual se identifica o valor de uso, a relação social e cultural da comunidade, sendo os produtos, em sua maioria, incorporados ao cotidiano da vida comunitária. O Selo Quilombola, instituído pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Portaria nº 22, de 14 de abril de 2010) para certificar a origem de produtos feitos por integrantes de comunidades quilombolas, é sinal distintivo aplicável ao produto artesanal quilombola;



Classificação do Artesanato	
Referência Cultural	produção artesanal decorrente do resgate ou da releitura de elementos culturais tradicionais nacionais ou estrangeiros assimilados, podendo se dar por meio da utilização da iconografia (símbolos e imagens) e/ou pelo emprego de técnicas tradicionais que podem ser somadas à inovação; dinamiza a produção, sem descaracterizar as referências tradicionais locais;
Contemporâneo/Conceitual	produção artesanal, predominantemente urbana, resultante da inovação de materiais e processos e da incorporação de elementos criativos, em diferentes formas de expressão, resgatando técnicas tradicionais, utilizando, geralmente, matéria-prima manufaturada reciclada e reaproveitada, com identidade cultural.

Elaboração Própria a partir da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro, Brasil 2018

Além da classificação, a base conceitual estabelece a finalidade da produção artesanal como sendo: adornos, acessórios e vestiários; decorativos; educativos; lúdicos; religiosos/místicos; profanos; utilitários e lembranças/souvenirs. Classifica também as tipologias por matéria-prima, definindo quais as principais substâncias utilizadas na produção artesanal. Existem matérias-primas de origem natural: vegetal (casca, caule, raiz, cera, massa, resina, fio, fibra, flor, folha, fruto, látex, balata, madeira e semente); animal (carcaça, casca, casco, cera, concha, couro e pele, crina e pelo, dente, chifre, osso, escama, pena e pluma) ou mineral (areia, argila e pedra). Já as matérias-primas manufaturadas de origem animal são: couro, pele, fio de lã e seda; de origem vegetal: borracha, fio e tecido, massa, MDF/aglomerado, compensado e papel; e de origem mineral: cerâmica, metal e vidro. E por último, as matérias-primas sintéticas: fios e tecidos sintéticos, couro sintético e materiais sintéticos como corantes, pigmentos, espuma, manta acrílica, massa plástica, miçanga, pedraria, plástico e tintas. (Brasil, 2018).

Há estudiosas que consideram que o artesanato é perpassado por uma multiplicidade de formas e não cabem em uma única definição. Do mesmo modo, as principais motivações que levam as pessoas a se reconhecerem enquanto artesãs e as justificativas são as mais diversas. Desde aquelas que seguem uma tradição comunitária que é transmitida de geração a geração por grupos locais; como também existe a realidade das situações urbanas, onde muitas vezes as mulheres, por questões de sobrevivência, buscam aprender ou resgatam alguma habilidade artesanal para conseguir renda; mas existem também pessoas que praticam artesanato no mercado urbano influenciadas nas tendências do design e da moda (Moraes, M. D. C., Seraine, A. B. M. S., & Barbosa, C., 2020).

Toda essa diversidade das vivências e motivações que levam as pessoas a se reconhecerem como artesãs, bem como as classificações oficiais com a diversidade de tipologias, matérias-primas e funcionalidades que envolve o pluriverso do artesa-

nato, envolvem um total de 10 milhões de pessoas que vivem do artesanato e que estão presentes em 75% dos municípios brasileiros com a mobilização de cerca de R\$50 milhões de reais (IBGE, 2015). Desse total, 85% são mulheres artesãs que alternam as suas produções artesanais com outras ocupações nas suas duplas e/ou triplas jornadas de trabalho.

Mulheres Artesãs da Economia Solidária

Quando olhamos para a realidade das artesãs que atuam na Economia Solidária, constatamos que as suas produções se enquadram nas diferentes classificações oficiais de artesanato - tradicional, arte popular, indígena, quilombola, de referência cultural e contemporâneo/conceitual. Do mesmo modo, as finalidades, as tipologias e diversidade de matéria-prima também estão expressas nas suas produções artesanais.

A produção das mulheres simples acontece nas suas residências, onde elas lutam para viver na e da Economia Solidária e cotidianamente enfrentam inúmeros desafios, entre eles, administrar o uso dos escassos recursos, seus diferentes trabalhos, que são executados ao mesmo tempo com inúmeras tarefas domésticas e de cuidados, em extensivas jornadas de trabalho. Esse fato denuncia que não é natural a divisão feita pelo capitalismo, que diz que existe um espaço público que seria aquele da produção e outro privado que seria da moradia.

É no espaço doméstico que as mulheres conseguem viver, cuidar da vida, educar os filhos, aprender novas formas de criar e recriar a vida e produzir seus artesanatos. É ali, na casa dessas mulheres artesãs, trabalhadoras das classes populares, que o público e o privado se misturam. A vida se faz sem barreiras e sem limites. O público e o privado são divisões políticas que atendem a uma lógica de mercado, mas não atendem às necessidades das mulheres

e nem atendem às necessidades que sustentam a vida.

No espaço das suas casas, as mulheres realizam sua produção artesanal com uso de equipamentos domésticos. Além do aproveitamento de insumos, fazem reaproveitamento de materiais, transformam retalhos em objetos e/ou confeccionam vestimentas – roupas e uma diversidade de acessórios – em pequena escala. Assim, conseguem resistir, apesar da forte concorrência do mercado de produtos importados ou das facções que têm larga produção industrial. Mesmo em condições precárias de produção, elas usam a criatividade, que brota com força, criam produtos para comercialização (muitas vezes, eventual e incerta) e seguem com resistência e compromisso com a manutenção da sua vida em suas diferentes dimensões.

A necessidade da sociedade capitalista de ter sua força de trabalho, ou seja, pessoas alimentadas, com roupas limpas e com algum nível de descanso, tem sido um pesado fardo colocado nas costas das mulheres, que socialmente ficam responsáveis por cuidar, criar e manter a vida fluindo. Ao mesmo tempo, esse trabalho é invisibilizado, não valorizado, como se, pela simples condição de ser mulher, coubesse a ela toda a responsabilidade, eximindo o Estado e o próprio sistema capitalista de prover condições dignas materiais e imateriais de manutenção da vida. Esse é um paradoxo do próprio sistema, pois, sem as mulheres que assumem esses cuidados, tão desvalorizados e marginalizados, o próprio sistema não se sustenta. Assim, a luta das mulheres vai muito além de uma simples causa pessoal, “doméstica”, pois se reflete no próprio ser e estar no mundo da raça humana e é perpassada por muitas bandeiras de luta.

As mulheres criam e recriam a vida. Criam novos produtos e/ou serviços com muita criatividade e, ao mesmo tempo, animam a luta por melhores condições de vida no seu bairro. Em diferentes si-



tuações, têm atuação política, pois lutam contra a violência, contra o preconceito, contra o racismo, contra a precarização do trabalho, por moradia, por saúde, por educação, por segurança alimentar e tantas outras lutas da atualidade. Especialmente no caso das experiências da Economia Solidária, têm também a luta contra o trabalho subordinado e alienado.

Portanto, temos um diálogo necessário no interior dos movimentos que precisa cada vez mais ser aprofundado na Economia Solidária. A luta das mulheres não é contra os homens: a luta das mulheres é contra todas as formas de opressão que operam sobre homens e mulheres, mas é sobre elas que recai o peso pela manutenção da vida.

A luta e pauta da economia feminista é em favor da vida e contra um sistema capitalista misógino e machista que mata, fere, reduz seres humanos a números e manipula, de maneira que alguns pareçam merecedores de respeito e dignidade e outras, de carregarem o duro fardo da existência.

Ao observar a vida e o fazer das mulheres artesãs da Economia Solidária, vê-se que no cotidiano, no invisível, elas recriam e usam muitas técnicas, mas sobretudo muita criatividade. Elas resistem no seu fazer cotidiano, fazendo produto por produto, cada um único e exclusivo, longe da lógica fabril da produção em massa e homogênea. E, na sua simplicidade, mostram resistências nas suas (sobre)vivências.

São mulheres que transformam situações de exclusão e precariedade em produtos utilitários para o lar. Muitas vezes, vão transpor barreiras de classe, de

território e até mesmo de raça ao levar beleza e sentido para outras pessoas. Por meio dos seus produtos, elas se fazem presentes e inauguram um lugar de fala (mesmo que muitas vezes em silêncio) para aquelas que são cotidianamente silenciadas, colocadas à margem.

Com a venda e/ou troca de seus produtos, as mulheres conseguem sua renda e autonomia econômica. Mesmo assim, algumas delas seguem o discurso que vem alicerçado na lógica capitalista, que considera a renda das mulheres

Rizoneide Souza Amorim

Socióloga (Graduação e Mestrado em Ciências Sociais), Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, Educadora Popular, Consultora e PesquisAMORA da Economia Solidária.



sempre como renda complementar. E muitas acabam não assumindo que essa geração de renda é a única; para muitas mulheres e famílias é a renda principal que as sustenta.

É interessante que no coletivo, quando as mulheres dialogam sobre a vida e seus cotidianos e veem que o que elas produzem gera renda e mantém a vida funcionando, pagando suas contas, juntas vão se dando conta, percebendo e mudando o discurso de renda complementar para renda principal. Mas isso é um processo de autopercepção, faz parte do autocuidado e da reconstrução da autoimagem.

Aqui se inaugura um ponto fundamental da Economia Solidária: ela colabora para a resistência das mulheres, pois é importante que participem de algum coletivo, seja em um grupo produtivo, seja num espaço de fórum ou rede. É nesses espaços que, juntas, elas podem se reconhecer e ver para além da roda-viva em que o sistema as joga. As mulheres, juntas, com sororidade e respeito mútuo, constroem outro discurso, outras narrativas, onde passam a ser protagonistas da sua existência e geradoras do novo.

É assim que as mulheres artesãs da Economia Solidária levam a vida: lutando, resistindo e recriando o sentido do trabalho e dos espaços públicos e privados, mostrando que também essa divisão é política e intencional. Para elas, o que realmente importa é manter o espaço da produção da vida com dignidade e sabedoria. Muitas vezes estão cansadas, mas, mesmo no cansaço, vivenciam a solidariedade, o afeto e o cuidado com as suas companheiras de trabalho, com as suas famílias e a vizinhança e vão artesanando e dando sentido às suas vidas.

Referências Bibliográficas:

- Singer, Paul (2002) Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- DIEESE (2017) "A comercialização na Economia Solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal liderados por mulheres" Caderno do Observatório Nacional de Economia Solidária e do Cooperativismo. 2.
- Chiti, Jorge Fernández (2003) Artesania - folclore y arte popular. Buenos Aires: Ediciones Condorhuasi.
- Becker, H. S. (1978) "Arts and Crafts" American Journal of Sociology. 83(4), 862-889.
- Moraes, M. D. C. de; Seraine, A. B. M. dos S.; Barbosa, C. (2020) "Artesanato e políticas públicas no Brasil - uma trajetória entre economia e cultura" Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado. 10(25), 159-182. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.25.3499>
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil (2015) Lei n. 13.180 de 22 de outubro de 2015. Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13180.htm [25 de maio 2023]
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil (2018) Portaria n. 1007- SEI de 11 de junho de 2018. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34932949 [20 de maio de 2023].
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil PL 3926/2004. Institui o Estatuto do Artesão, define a profissão de artesão, a unidade produtiva artesanal, autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Nacional do Artesanato e o Serviço Brasileiro de Apoio ao Artesanato e dá outras providências. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=260275> [25 de maio de 2023].
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2013). Pesquisa O Artesão Brasileiro. http://databaseae.com.br/wp-content/uploads/2017/04/06_-_pesquisa_-_art_oes_o_brasileiro.pdf

Foto: Weibert da Cruz / 2017, Feira de Economia Solidária de Santa Maria (RS)





A DUALIDADE DO TRABALHO: REPRESSÃO OU EXPRESSÃO?

Maria Isabel Rodrigues Lima
Renata dos Santos Hahn

Esse artigo visa provocar reflexões sobre as (de) formações que o sistema capitalista nos coloca enquanto trabalhadores/as.

A submissão e exclusão se tornam centrais, gerando sofrimento para as pessoas que buscam “um lugar ao sol” para sobreviver.

Felizmente existem alternativas, e uma delas é a Economia Solidária que oportuniza outros modos de ser e viver, construindo relações de trabalho mais livres e inclusivas.

Então, que tal embarcarmos nessas reflexões?

A (de)formação pelo Trabalho

“Na minha vida eu nunca consegui trabalhar em uma firma, de carteira assinada, pois eu desde pequena tive problemas com a minha saúde, tive que fazer cirurgias durante a minha vida. Precisei cuidar da minha avó que também ficou doente, engravidei cedo e não tive com quem deixar a minha filha. Quando fui começar em uma firma, tive que fazer mais uma cirurgia. Então o jeito de me virar foi fazendo o que dava, no tempo que dava. O artesanato e os salgados eu consegui fazer e me virar para ter dinheiro”

(Depoimento de participante de um grupo informal).

Ao nos depararmos com um relato como esse, urge pensar em alternativas que vão além da banal sobrevivência, mas que possibilitem recriar espaços dignos de vida.

Nessa perspectiva, a economia solidária se apresenta como uma alternativa, pois propõe formas de trabalho que, escapando do modelo capitalista, fomenta o estabelecimento de relações de trabalho menos autoritárias e dependentes. Além disso, a economia solidária provoca reflexões sobre as formas de organização do trabalho e visa gerar transformações nas configurações existentes através da construção de empreendimentos econômicos solidários (EES), os quais buscam promover a inclusão de trabalhadores que, muitas vezes, foram excluídos do mercado de trabalho.

“A Cooperativa surge como resposta à necessidade de trabalho de um grupo de mulheres que tinha dificuldade de se inserir no mercado de trabalho formal, devido principalmente às inúmeras situações de vulnerabilidade que enfrentavam. E a Cooperativa fez com que fosse uma resposta coletiva e não individual” (Depoimento de uma participante da Cooperativa).

O temor pelo desemprego se alastra entre os trabalhadores, na medida em que, desde a emergência das sociedades capitalistas industrializadas, os trabalhadores sempre foram formados (ou deformados) para o trabalho assalariado. Sem ele, o trabalhador sente-se sozinho, sem referências, inútil para o mundo. Conforme assinala Tedesco (2001, p. 11) “perder o emprego hoje, é mais do que ficar sem trabalho, é perder significados profundos, ontológicos do ser humano”.

Para Singer (2003), esse cenário demonstra a fragilidade do tradicional modelo capitalista de relação de trabalho, o qual se caracteriza pela destabilização, pela precarização e pelo desemprego: “ameaças que [...] se fazem onipresentes para o conjunto da sociedade” (CASTEL, 1998, p.17). São essas ameaças que levam os trabalhadores a sujeitarem-se a ocupações mal remuneradas, abdicando de seus direitos sociais para garantirem sua sobrevivência (SINGER, 2003). Vivemos um tempo em que

Ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria. [...] Na realidade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a “flexibilização” de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobre tudo a instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado (SINGER, 2002, p. 110).

O desaparecimento vertiginoso dos empregos no sistema capitalista, mais do que nunca, instiga uma acirrada competição entre os que têm emprego e os que não têm, ou entre os “de dentro” e os “de fora” do mercado de trabalho formal.

Antunes (2007) enfatiza que, na sociedade capitalista, o trabalho é degradado, aviltado, pervertido e depauperado, pois a força de trabalho torna-se uma mercadoria em vez de ser uma forma humana

de realização das pessoas. No sistema capitalista, a supremacia do lucro dita as regras, utilizando mecanismos para alinhar os trabalhadores de forma a obter mais lucro com menos custo, o que gera um aumento do número de tarefas para os que estão empregados e, ao mesmo tempo, um decréscimo dos salários oferecidos no mercado. Assim, ocorre a venda da força de trabalho, mediante o pagamento de um salário que sustenta as relações de subordinação e submissão dos trabalhadores e incentiva mecanismos de dominação.

Desse modo, Schwartz (2007) adverte que o “estatuto do assalariado” é um estatuto submisso, que condiciona as pessoas à subordinação, só lhes restando executar a “cartilha” da empresa. Esse “estatuto” sustenta-se sobre uma engrenagem de dominação que, cada vez mais, ganha força em virtude da escassez de empregos, pois as pessoas necessitam de uma “colocação”, de um lugar para se sentirem inseridas no contexto social através de um emprego, mesmo que isso implique docilizar seus corpos e afetos.

Sob essa perspectiva, é possível apontar os efeitos deletérios do sistema capitalista sobre os trabalhadores, pois

Considerando o lugar dedicado ao trabalho na existência, a questão é saber que tipo de homens a sociedade fabrica através da organização do trabalho. Entretanto, o problema não é, absolutamente, criar novos homens, mas encontrar soluções que permitissem pôr fim à desestruturação de um certo número deles pelo trabalho (DEJOURS, 1992, p.139).

É preciso construir outros modos de trabalhar, germinados de forma coletiva, enquanto práxis criativa, de modo que os trabalhadores possam reconhecer e desenvolver seus potenciais e habilidades, sendo mais que uma “célula da produção”. Ou seja, sentindo-se inteiros e fazendo parte de um todo, de um coletivo maior.

Nesse sentido, o modo de trabalho proposto pela Economia Solidária busca oportunizar essa forma de desenvolvimento, construindo laços e uma sociedade mais humana e justa.

Economia Solidária

A economia solidária apresenta-se como uma proposta de trabalho e de vida que visa transpor a lógica capitalista e estabelecer relações cooperativas e solidárias, considerando o contexto socioambiental e, fundamentalmente, resgatando a dimensão humana. Trata-se de uma alternativa diante das fragilidades apresentadas pelo sistema capitalista a qual propõe outras formas de desenvolvimento econômico e social, que vão além do modelo do trabalho assalariado.

Para Cattani (2003, p.11), “as alternativas na esfera produtiva contemporânea são múltiplas, complexas e controversas”. Nesse aspecto, a Economia Solidária emerge como “uma proposta diferenciada do padrão ideológico hegemônico por promover o desenvolvimento econômico e social de forma indissociável” (LEBOUTTE, 2005, p. 241).

A Economia Solidária se organiza através de Empreendimentos Econômicos Solidários, que se caracterizam pelo trabalho coletivo, através da união de pessoas que visam a geração de renda. Esses podem ser Grupos Informais, Cooperativas ou Associações, que visam praticar os seguintes princípios:

Autogestão: não existe empregado e patrão e todos têm oportunidade de dizer o que pensam e o que querem. Compartilham o poder, os resultados e os benefícios.

Esse princípio torna-se vivo através desses depoimentos:

“Aqui nós decidimos tudo em reunião,” e “Visamos sempre o empoderamento das Mulheres e do Grupo” (Depoimento da participante de uma Cooperativa).

Renata dos Santos Hahn

Administradora, Especialista em Finanças Corporativas e Mestra em Economia, Analista de Ação Social do Tecnosociais.



Maria Isabel Rodrigues Lima

Psicóloga, Especialista em Pedagogia Empresarial. Mestra em Inclusão Social e Acessibilidade. Analista de Ação Social do Tecnosociais (Incubadora de Economia Solidária da Unisinos).





Foto: Weibert da Cruz / 2017, Feira de Economia Solidária de Santa Maria (RS)

“Tem autogestão, mesmo existindo uma Diretoria formada, ela chama todos os seus associados para debater, lembrando que a gente divide os gastos administrativos, fizemos o rateio” (Depoimento de uma participante da Associação).

Solidariedade: não se trata de generosidade, mas ser corresponsável (com a natureza, com os seres humanos...). Afirmção de laços e compromissos éticos que se estabelecem entre as pessoas.

“Somos autogestionários e tomamos decisão coletivamente, quando podemos, produzimos um produto específico para gerar renda ao grupo. Para suprir as passagens nós tiramos desse caixinha coletivo que a gente faz com esse produto específico, e quando nós produzimos coletivamente, a gente faz a divisão coletiva.

Todos que trabalharam recebem igualmente” (Depoimento de uma participante de Grupo Informal).

Cooperação: todos têm a mesma importância, responsabilidades, deveres e direitos. Colaboram na execução das tarefas e o bem-estar de cada um influencia no resultado e na renda de todos.

“O que nos uniu foi sonhar em estar em um espaço nobre, por exemplo, uma grande Feira, eu como artesã ou alguém da alimentação sozinha não consegue ir, mas eu, enquanto coletivo consigo ir. E nós levamos um pouco dos produtos de cada um, e assim conseguimos estar pagando a passagem para quem possa nos representar. Sendo um Empreendimento de periferia, é muito mais difícil essa questão de deslocamento, esses gastos com equipamentos e materiais, então fizemos compras coletivas e isso fortalece o grupo.” (Depoimento de uma participante da Associação).

Sustentabilidade Ambiental: a matéria-prima utilizada para produzir ou

realizar os serviços não compromete a saúde das pessoas e busca a preservação dos recursos naturais. Entendendo que os recursos naturais são limitados e estimulando a educação sobre a importância e necessidade da preservação desses recursos.

“O aprendizado do trabalho coletivo, em grupo, da autonomia, das decisões coletivas, de cada uma se colocar à disposição, e expor a sua opinião, os diversos saberes. É um aprendizado muito interessante e muito positivo, o aporte e o aprendizado que a gente tem em relação a sustentabilidade e ao cuidado socioambiental” (Depoimento de uma participante da Cooperativa).

Salientamos que a Economia Solidária não se restringe somente a esses quatro Princípios, mas optamos por abordar esses, que são fundamentais, e também porque estão mais presentes no cotidiano dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Vale ressaltar que a prática desses princípios é um desafio constante, exige persistência e determinação para trilhar o caminho oposto e muitas vezes “remar contra a maré”.

Considerações Provocadoras

O sistema capitalista que dita as regras do emprego incita mecanismos de repressão, que obriga as trabalhadoras/es a se despirem de seus gostos, gestos, jeitos, sabores e prazeres.

E nesse universo resta a adaptação e a assimilação de uma nudez subjetiva, que impede de desejar, criar e construir, podendo gerar um modo alienado de perceber o trabalho e a vida propriamente dita.

Então, será que para trabalhar é preciso se despir?

Para a Economia Solidária, a vida e o trabalho são indissociáveis, fazem parte de um todo que compõe os seres humanos, considerando seus desejos e vontades.

Sendo possível re(criar) outros modos de trabalhar, ser e viver, mas é uma mis-

são árdua, pois requer internalizar paradigmas que vão na contramão do sistema hegemônico vigente, ou seja, vivenciar a coletividade, o pertencimento, o protagonismo, a autonomia e o empoderamento.

Acreditamos que ultrapassar barreiras e criar fendas para romper o sistema que está posto, vale muito a pena, pois enquanto um nos molda, outro nos permite voar...

Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 200 p.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 611 p.
- CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. 306 p.
- DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo : Cortez-Oboré, 1992. 168 p.
- LEBOUTTE, Paulo. Economia popular solidária: um processo em pleno desenvolvimento. In: LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 270 p.
- LIMA, Maria Isabel Rodrigues; Economia Solidária e Vínculos, Ideias e Letras, São Paulo, 2013.
- SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Orgs.). Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana. Tradução Jussara Brito e Milton Athayde [et al]. Niterói : Universidade Federal Fluminense, 2007. 300 p.
- Singer, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In:; SOUZA, A. R. (Orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. 360 p.
- _____. Introdução à economia solidária. São Paulo: P. Abramo, 2002. 127 p.
- TEDESCO, João Carlos. Economia solidária: novos processos e novas racionalidades no campo socioeconômico. In: ; CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de (Orgs.). Economia solidária e reestruturação produtiva: (sobre)vivências no mundo o trabalho. Passo Fundo: UPF, 2001. 196 p.

Coordenação:

Luiz Felipe Lacerda

Assistente Administrativo:

Kassia S. Oliveira

Revisão:

Alessandra Tavares de O.

Diagramação, projeto gráfico:

Webert da Cruz



Lendo & Refletindo

SIGA O OLMA NAS REDES:

@olmaobservatório

olma.org.br